



27/12/2007

BOLETIM DA CNTSS-CUT - DEZEMBRO DE 2007

CNTSS-CUT assina no Palácio do Planalto o protocolo de desprecarização do SUS



Maria Aparecida Faria, Presidenta da CNTSS/CUT

A CNTSS-CUT foi escolhida pela mesa de negociação das centrais sindicais, reunidas na 4ª Marcha dos Trabalhadores, no último dia 5 de dezembro, como representante dos trabalhadores para assinar os protocolos de desprecarização do SUS. A presidenta da entidade, Maria Aparecida Faria assinou no Palácio do Planalto, na presença do presidente Luís Inácio Lula da Silva, os termos de desprecarização no Sistema Único de Saúde.

Além do presidente Lula também estavam presentes a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff e os ministros Luiz Marinho (Previdência), Carlos Lupi (Trabalho), Luis Dulce (Secretaria Especial da Presidência) o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República)

“Na audiência com do presidente Lula com as centrais sindicais, a CNTSS foi convidada para assinar o protocolo como representante da classe trabalhadora. Para nós foi uma grande honra. O mais importante é que a assinatura dos protocolos representou avanços significativos na área da seguridade social”, afirmou Maria Aparecida.

Entre as questões que compõem o protocolo estão: a efetivação dos agentes comunitários de saúde, os trabalhadores temporários e a não terceirização da mão-de-obra. Com a assinatura do protocolo, os estados e municípios vão ter que cumprir o que ficou acertado entre as entidades que representam a seguridade social e o governo.

Também na audiência, o presidente Lula anunciou o envio das Convenções 151 e 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho, da ONU) para ratificação no Congresso Nacional. A Convenção 151 estabelece como princípio de Estado a garantia de negociação coletiva no setor público. Esta convenção, depois de ratificada, vai precisar de regulamentação que a detalhe. Para tanto, a CUT defende que seja aplicado o projeto de um sistema de negociação permanente no serviço público com participação dos usuários. Este projeto, elaborado em conjunto pelas entidades dos servidores federais, CUT e o governo está em fase de conclusão, tendo alcançado consenso na maioria dos pontos.

Já a 158 representa um importante avanço para os trabalhadores da iniciativa privada, pois estabelece, também como política de Estado, o fim da prática da demissão sem justa causa no país. As regras dessa nova realidade vão ser detalhadas em regulamentação, o que vai envolver debate entre sindicatos de trabalhadores, empresariado e Congresso Nacional.

Última reunião da CNTTS-CUT em 2007



Reunião geral da CNTSS-CUT confirma a saída da CSC e traça planejamentos para 2008

A Corrente Sindical Classista (CSC) deixou de fazer parte da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Seguridade Social (CNTSS-CUT). A decisão da CSC foi comunicada na última reunião geral da direção da CNTSS-CUT nos dias 27 e 28 de novembro de 2007.

Com a saída da CSC houve uma recomposição dos quadros de dirigentes da CNTSS-CUT. A Secretaria Geral passou a ter a frente o dirigente Renato Almeida Barros, do SindSaúde/MG, que antes era o 1º secretário.

Já a 1ª Secretaria ficou com Terezinha de Jesus Aguiar, do SindsPrev-GO. E na Secretaria da Mulher, Célia Regina da Costa, do SindSaúde/SP, foi quem assumiu.

Para a formação da diretoria executiva subiram os quatros primeiros suplentes: Terezinha Aguiar, Sintesp(GO), Aizenaque Grimaldi de Carvalho/Sind. dos Médicos/SP, Célia Maria Alexandrina de Oliveira(Sindsprev/BA,) e Reynaldo Souza Ramos/Sindsaúde/PE,

Feita a recomposição os dirigentes discutiram a elaboração de um planejamento para 2008. Entre os planos está a realização, já em 2008, de uma Conferência Nacional de Seguridade Social, que será promovida pela CNTSS-CUT.

A Conferência Nacional de Seguridade Social foi uma das resoluções aprovadas na 13ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília, no mês passado. O evento a ser realizado pela CNTSS-CUT fará parte de uma preparação das entidades do setor. “Nós vamos nos antecipar para preparar as entidades e na hora que o governo chamar a Conferência Nacional de Seguridade Social nós já vamos estar prontos”, declarou Maria Aparecida Faria, presidenta da CNTSS-CUT.

Também ficou acertada na última reunião da direção manter em 2008 a Jornada Nacional de Lutas e a Marcha da Seguridade Social.

“Tivemos um balanço bastante positivo do ano nas diversas atividades. Entre elas a IV Marcha dos trabalhadores promovida pela CUT e que foi extremamente importante na luta pela redução da jornada de trabalho. E não podemos esquecer também da 13ª Conferência Nacional de Saúde, que entre outras questões rejeitou o projeto das fundações estatais de direito privado”, ressaltou Maria Aparecida Faria.

Ela destacou ainda a eleição da Mesa Diretora do Conselho Nacional de Saúde, que garantiu a reeleição do dirigente da CNTSS-CUT, Francisco Batista Jr, na presidência do CNS. Ele foi o primeiro presidente eleito de forma democrática e representa o segmento da classe trabalhadora. Com o trabalho feito à frente do CNS, ele foi novamente eleito para o biênio 2007 e 2009. “A eleição do Conselho Nacional de Saúde foi uma vitória da democracia e do controle social que acabou de reafirmar a posição contrária ao projeto do governo de implantação das fundações estatais”, finalizou Maria Aparecida.

A CNTSS-CUT participou do Encontro Nacional das Comissões Intersetoriais da Saúde do Trabalhador (CIST), em Brasília

No encontro nacional das CISTs, realizado em Brasília, no último dia 11 de dezembro, a presidenta da CNTSS-CUT, Maria Aparecida Faria, participou da 1ª mesa como palestrante convidada para discutir o papel do controle social e a questão da seguridade e da saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde (SUS).

“Pensar nas políticas de saúde é ter também um conceito mais amplo da coletividade”, ressaltou.

A criação da Comissão é uma determinação do Conselho Nacional de Saúde por meio da Lei nº 8.080/90, com a finalidade de articular políticas e programas de interesse para a saúde do trabalhador. Com o objetivo de assessorar os conselhos estaduais, eles fornecem subsídios de discussão para deliberar sobre a formulação da estratégia e controle da execução de políticas públicas de saúde na sua área de atuação.

A comissão não é deliberativa, nem normatizadora. Seu papel consiste em discutir e articular as políticas, normas e programas das instituições e setores de interesse do Sistema Único de Saúde, como também submeter à plenária do Conselho de Saúde do DF as suas recomendações.

“A proposta é pensar sempre numa perspectiva de forma a garantir o desenvolvimento do país sob uma ótica do desenvolvimento social e ambiental com sustentabilidade. Em todas essas ações o ser humano deve ser o centro das atenções”, afirmou Maria Aparecida.

Conheça as Normas Regulamentadoras (NRs) que tratam da saúde do trabalhador e que vão ser destaque nas ações da CNTSS-CUT em 2008



Normas que garantem a segurança do trabalhador

A CNTSS-CUT traça como uma das metas para 2008 atuar na defesa da melhoria da saúde do trabalhador e tem como uma das estratégias reafirmar a necessidade de cumprimento das Normas Regulamentadoras (NR), do Ministério do Trabalho e Emprego, que tratam especificamente da saúde do trabalhador. São elas: as NRs: 04,05,06,07 e 09.

Começando pela NR-04 chegamos ao SISOSP (Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor Público Civil Federal (Sisosp). O sistema engloba atividades de perícia médica, perícia em saúde, readaptação e reabilitação funcional e vigilância em saúde).

“Nós esperamos que as equipes do Sisosp sejam ampliadas e também que o trabalhador seja reconhecido como ator participante deste processo” destacou a presidenta da CNTSS-CUT, Maria Aparecida Faria.

Os profissionais que atuam na área de perícia médica dos órgãos da administração pública são convidados a ingressar no SISOSP, mas mantêm o vínculo com o órgão de origem. As perícias médicas dos órgãos serão substituídas pelo parceiro institucional devidamente conveniado com o Ministério do Planejamento.

Segundo estimativas preliminares da Secretaria de Recursos Humanos, com base em estudos de organizações mundiais de saúde, para cada R\$ 1,00 investido em prevenção economiza-se cerca de R\$ 16,00 ao combater as doenças ocupacionais, diminuindo os afastamentos por doença, o absenteísmo ou as aposentadorias por invalidez.

O crescimento das aposentadorias por invalidez tem preocupado a administração pública federal. Nos últimos cinco anos, custaram à União cerca de R\$ 2 bilhões por ano, numa média anual de cerca de 27% do total das aposentadorias, percentual considerado muito alto quando comparado com o setor privado que é de 16% (no ano de 2004).

CIPA – Na NR-05, está prevista a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), que funciona normalmente no setor privado, mas ainda não tem uma cultura de implantação no serviço público.

“Nós queremos levantar um debate para tratar da saúde do trabalhador do SUS em cada local de trabalho no serviço público para o cumprimento da NR 05. Precisamos sensibilizar os trabalhadores e também gestores”, destacou a presidenta da CNTSS-CUT, Maria Aparecida Faria.

Entre as atribuições da NR 05 estão a identificação dos riscos do processo de trabalho, e elaborar o mapa de riscos, com a participação do maior número de trabalhadores, com assessoria do SESMT, onde houver; elaborar plano de trabalho que possibilite a ação preventiva na solução de problemas de segurança e saúde no trabalho; participar da implementação e do controle da qualidade das medidas de prevenção necessárias, bem

como da avaliação das prioridades de ação nos locais de trabalho; realizar, periodicamente, verificações nos ambientes e condições de trabalho visando a identificação de situações que venham a trazer riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores.

Segurança individual – Considera-se Equipamento de Proteção Individual (EPI) para fins de aplicação da NR 06, todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.

Entende-se como Equipamento Conjugado de Proteção Individual, todo aquele composto por vários dispositivos, que o fabricante tenha associado contra um ou mais riscos que possam ocorrer simultaneamente e que sejam suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.

A CNTSS-CUT ressalta que compete ao Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT, ou a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, nas empresas desobrigadas de manter o SESMT, recomendar ao empregador o EPI adequado ao risco existente em determinada atividade.

Nas empresas desobrigadas de constituir CIPA, cabe ao designado, mediante orientação de profissional tecnicamente habilitado, recomendar o EPI adequado à proteção do trabalhador.

Ocupacional - A Norma Regulamentadora (NR 7) estabelece a obrigatoriedade de elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) com o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto dos seus trabalhadores.

Esta NR estabelece os parâmetros mínimos e diretrizes gerais a serem observados na execução do PCMSO, podendo os mesmos ser ampliados mediante negociação coletiva de trabalho.

O PCMSO é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da empresa no campo da saúde dos trabalhadores, devendo estar articulado com o disposto nas demais NR. Também deverá considerar as questões incidentes sobre o indivíduo e a coletividade de trabalhadores, privilegiando o instrumental clínico-epidemiológico na abordagem da relação entre sua saúde e o trabalho.

Ambiental – E finalmente a NR-09, que estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais

(PPRA) , visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

As ações do PPRA devem ser desenvolvidas no âmbito de cada estabelecimento da empresa, sob a responsabilidade do empregador, com a participação dos trabalhadores, sendo sua abrangência e profundidade dependentes das características dos riscos e das necessidades de controle.

A CNTSS-CUT busca sensibilizar o governo para o cumprimento da NR-32, que trata da segurança e saúde dos profissionais que atuam nas unidades públicas de saúde



Medidas que protegem a saúde dos profissionais do setor

A norma regulamentadora (NR 32) de segurança e saúde no trabalho em estabelecimentos de assistência à saúde busca estabelecer medidas que visam à proteção e a segurança dos profissionais de saúde que atuam em estabelecimentos que prestam este tipo de serviço à população.

A NR 32 aponta as responsabilidades do empregador e os direitos do trabalhador com relação à segurança e

saúde.No Brasil e no mundo, essa foi a primeira norma criada para estabelecer diretrizes básicas para a implementação das medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores na área da saúde.

A implantação da norma em todas as unidades do serviço público ainda está longe de ser um fato. Por isso a CNTSS-CUT que trazer esta discussão junto aos ministérios do Planejamento, Trabalho e Saúde.

“Nós queremos sensibilizar os governos para oficializar o cumprimento da NR 32 em todo o serviço público”, ressaltou a presidenta da CNTSS-CUT, Maria Aparecida Faria.

Em todo o mundo, os acidentes e doenças do trabalho matam, por ano, cerca de 2 milhões de trabalhadores, estima a OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Em um total de 458.956 acidentes notificados, 30.161 correspondiam ao setor de saúde (2004) , sendo que houve um aumento de acidentes de mais de 30% em relação a 2003, com 23.108 notificações.

A saúde ocupa o 1º lugar no ranking de registros de acidentes (MPS), mesmo com a ineficiência dos processos de notificação. (principalmente no tocante aos acidentes com riscos-biológicos)

O Brasil agrega cerca de 2,5 milhões de profissionais da área de saúde.

Os problemas enfrentados pelos profissionais do setor da saúde, como a falta de cultura à prevenção deflagra os altos índices de registros de acidentes apresentados pelo setor nos últimos levantamentos realizados pelo Ministério da Previdência Social (MPS).

As doenças relacionadas ao trabalho respondem por 1,6 milhão de mortes; os acidentes de trabalho, por 360 mil mortes. 12.000 dos trabalhadores mortos anualmente no mundo são crianças.

O número de mortes causadas por acidentes e doenças relacionadas ao trabalho ultrapassa aquele causado por epidemias como a Aids.

O cumprimento à legislação vigente e a necessidade de conscientização ambiental preventiva frente aos profissionais da saúde é fundamental para a sustentabilidade da saúde.

O SUS está preparado para enfrentar a concorrência do mundo do trabalho? A CNTSS aponta caminhos para os trabalhadores não perderem espaço para essa concorrência

Uma revolução ainda pouco percebida pela grande maioria da população se inicia no chamado mundo do trabalho. Nas últimas três décadas, o mercado de trabalho vem passando por profundas transformações. Além dos efeitos destrutivos e regressivos da crise estrutural do capitalismo e dos estragos do neoliberalismo - causadores de desemprego massivo, informalidade, precarização e corrosão dos salários -, também está em curso uma terceira revolução tecno-científica que produz abalos nas próprias unidades de trabalho.

Na saúde também não é diferente. Por isto, a CNTSS-CUT quer iniciar um debate sobre as modificações propostas na área da saúde, tendo em vista a mudança no mundo do trabalho e suas conseqüências para o trabalhador do Sistema Único de Saúde (SUS) e para o usuário.

“Nós precisamos elaborar uma proposta de capacitação e atualização em saúde do trabalho para reduzir os impactos com as transformações provocadas pelo fenômeno do mundo do trabalho”, destacou a presidenta da CNTSS-CUT, Maria Aparecida Faria.

Todo esse avanço tecnológico tem enormes reflexos. Do ponto de vista do capital, possibilita um aumento sem precedentes da produtividade e uma brutal redução dos custos operacionais - incluindo aí o corte de empregos, ganhos com a economia de tempo e diminuição de reparos e estoques.

Além disso, os avanços tecnológicos permitem maior flexibilidade na produção. Isto é o que dizem os números, as estatísticas, mas há algo em que nenhuma tecnologia é capaz de substituir – as relações humanas – no trabalho, o que vai diferenciar os trabalhadores produtivos e capazes é também a sua capacidade de interação.

“É importante que o trabalhador do SUS compreenda e se aproprie da política de educação permanente para que ele possa se preparar para enfrentar os impactos do mundo do trabalho que com certeza vão atingir os trabalhadores”, afirmou Irineu Messias de Araújo, secretário de Comunicação da CNTSS-CUT.



**A CNTSS/CUT informa que estará
em recesso de 24 de dezembro
a 5 de janeiro e retornamos nossas
atividades no dia 7 de janeiro de
2008.**

**Desejamos a todos(as)
trabalhadores(as) um Feliz Natal e
um ótimo 2008.**

A CNTSS-CUT na defesa de direitos e avançando nas conquistas!

Expediente

Boletim Eletrônico da CNTSS-CUT

Presidenta: Maria Aparecida Faria

Secretaria de Comunicação - Irineu Messias de Araújo e Sandro Alex

Jornalista responsável: Tânia Passos – DRT: 2002

E-mail: imprensa@cntsscut.org.br

Endereços:

Rua Caetano Pinto, 575 – Brás – São Paulo - SP. CEP 034041-000. Fone (11) 2108-9156/9300 e 2108-9216

Sede Brasília

SCS 02 Bloco C – Edifício Wady Cecílio II, 3º andar, Brasília – DF. CEP 70300-500. Fone (61) 3322-5062

Site: www.cntsscut.org.br

E-mail: diretoria@cntsscut.org.br



Faça o download do Boletim

FONTE: CNTSS-CUT

LINK: <http://www.cntsscut.org.br/pagina.asp?pagina=boletim&acao=lerNoticia&id=343>